



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

Brasileiros,

Em diferentes oportunidades, particularmente por ocasião do lançamento do II PND, julguei necessário referir-me ao cenário de perplexidades e obstáculos em que se vem arrastando a economia mundial, desde fins de 1973 até hoje.

A verdade é que tais dificuldades — crise de energia, universalização da inflação e estagnação nos países desenvolvidos, com os conseqüentes entraves ao comércio internacional e problemas crescentes no balanço de pagamentos para todo o mundo subdesenvolvido — estão persistindo mais do que, ao início deste ano, seria razoável esperar-se. Na verdade, não se trata, ao que parece, de simples crise, aguda embora, de reajustamento econômico em larga escala.

Enfrentamos verdadeira mudança estrutural de toda a economia mundial.

As hesitações dos países industrializados em adotar políticas anti-recessivas eficazes, uns esperando pelos outros e todos receosos, sobretudo, do recrudescimento da inflação, não têm permitido a tão desejada recuperação do mundo desenvolvido. Estados Unidos, Europa e Japão ainda se debatem com altas taxas de desemprego, variando entre 5 e 8,5%.

Ora, esse quadro de indefinição certamente irá complicar-se ainda mais com a recente elevação de 10% nos preços do petróleo, o que custará ao mundo mais 10 bilhões de dólares/ano. Ressalte-se, ademais, a indicação muito nítida de que novos aumentos poderão vir a ser impostos, periodicamente, a todos os consumidores.

Os efeitos desse aumento sobre o mundo subdesenvolvido serão múltiplos, quer de forma direta, pela elevação do custo das importações de petróleo e produtos sobre cuja formação de preços este influi substancialmente, quer, mais ainda, pelas repercussões indiretas. Se os produtos primários, em geral, já se encontravam em posição desvantajosa no mercado mundial, o reduzido nível de atividade dos países industrializados, com perspectiva, agora, de prolongar-se, torna muito difícil, aos subdesenvolvidos, compensar tal situação por uma expansão maior das exportações de manufaturados.

Esse novo impacto ocorre, ademais, quando os países em desenvolvimento acusam já sintomas de resistência menor, após quase dois anos de crise econômica internacional. O *deficit* em conta-corrente dos países subdesenvolvidos que, de 1973 para 1974, aumentou de 9 para 27 bilhões de dólares, chegará, este ano, à casa dos 36 bilhões de dólares. Conseqüência inevitável, ainda que tal *deficit* seja coberto pelas fontes normais de financiamento, será o substancial aumento geral da dívida externa, tornando insuportáveis as cargas dos juros e amortizações contratuais.

A perspectiva para 1976, na área desenvolvida, é, ainda, de recuperação lenta. Notícias da «Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento», ou seja, do mundo industrializado, mostram tendência, ainda, a declínio do produto real no corrente ano, ora estimado em menos de 2,5% após a estagnação do ano passado, com um total de desempregados da ordem de 15 milhões de pessoas.

O Brasil vem conseguindo evitar a recessão e a estagnação, que nos estão sendo exportadas pelo mundo desenvolvido lá de fora, com o seu corolário do desemprego a atingir, sempre, as classes mais pobres.

Verdade é que estamos alcançando taxas de crescimento bem mais baixas, nós que estávamos acostumados aos mágicos 10% ao ano que a economia brasileira soube preservar, desde 1970 até 1974. Mas não há dúvida de que, mesmo com o desempenho fraco do fim do ano passado e começo deste ano, ainda se observa considerável dinamismo na economia: ao lado de um aumento do consumo de energia elétrica industrial, de 9%, os setores de produção de Bens de Capital e de Bens Intermediários apresentaram taxas de crescimento entre 7% (metalúrgico) e 16% (mecânico), até agosto último.

E isso tem ocorrido em virtude da determinação governamental de preservar o desenvolvimento nacional, mesmo com algum prejuízo em outras metas econômicas.

Ao mesmo tempo em que procurou, pelo II PND, reajustar rapidamente as prioridades para atender

os setores da Energia, dos Bens de Capital, dos Insumos Básicos, Desenvolvimento Ferroviário e Construção Naval, como exigia a nova realidade mundial — o Governo vem tentando, por todas as formas, salvaguardar a atividade econômica interna e o nível de emprego, quanto possível, dos efeitos recessivos da conjuntura internacional. Daí, a atitude que, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico, aprovei em janeiro, de «dispor de flexibilidade e agir com rapidez», na execução do Plano, «evitando-se a definição de metas rígidas, mesmo com relação ao crescimento do Produto Interno Bruto, atuando-se sempre através de indicadores econômicos e sociais, revistos com regularidade».

Os incentivos de toda forma, fiscais, financeiros e cambiais, e até mesmo certos subsídios à produção — como na Agricultura, para o caso dos fertilizantes — têm sido a tônica. Vezes inúmeras, o Governo abriu mão de receita ou expandiu despesas e apoio financeiro, para atender a setores sem dinamismo e manter o ritmo dos investimentos — sem esquecer os amplos recursos empenhados para minorar os efeitos calamitosos das geadas e enchentes deste ano. Até os gravames da correção monetária chegaram a ser parcialmente compensados por incentivos fiscais concedidos a projetos em setores prioritários e aos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação.

A dificuldade principal reside, entretanto, no fato de que a situação mundial, incerta, reduz a

própria margem de manobra do Governo, uma vez que, se adotadas certas medidas mais drásticas e generalizadas, com vistas à reativação da economia, poderão vir a agravar-se as dificuldades do balanço de pagamentos, enquanto que, adotadas outras, poderá resultar um recrudescimento da inflação, a cobrar elevado ônus sobre o padrão de vida das classes mais pobres.

Os fatos novos sobrevindos na conjuntura internacional ressaltam a importância de definir-se, desde logo, uma orientação geral para este fim de 75 e para o ano de 76.

Por isso, o Governo tem promovido reuniões, procedido aos necessários debates e aqui estou, neste momento, para dar conta disso a todos os brasileiros.

Minha linguagem será bem franca, para que os brasileiros saibam, claramente, qual é a situação real e o que o Governo vai fazer. Mas não traz ela, nem precisaria trazer, qualquer nota de desalento. Nestes anos da Revolução, o Brasil soube amadurecer suficientemente para, em horas que exijam decisão e objetividade, não oscilar entre extremos, e, usando na justa medida de um sadio senso de realismo e de serena autoconfiança, superar situações transitórias que requeiram esforços maiores. Na capacidade de nosso povo para a realização de esforços tais sempre confiei, conforme freqüentemente tenho dado público e cabal testemunho.

O Brasil tem equacionado, a contento, os seus problemas do balanço de pagamentos, evitando

excesso de endividamento e mantendo um nível adequado de segurança com as suas reservas cambiais.

Comparando-se os oito primeiros meses de 1975 com o período correspondente a 1974, verifica-se que as exportações, em dólares, cresceram cerca de 29%, enquanto que as importações praticamente mantiveram o nível de 1974 (aumento de apenas 1,8%). Conseqüentemente, reduziu-se em 34% o *deficit* na balança comercial (ou seja, apenas no movimento de mercadorias). Excetuados os combustíveis e bens de capital, todos os demais grandes itens de importação caíram substancialmente em quantidade.

Dentro de orientação semelhante, precisamos partir, agora para nova etapa no esforço de melhoria de nossas contas com o exterior. O objetivo a alcançar, para 1976, será o de reduzir a um mínimo o *deficit* no balanço comercial, procurando manter estável o nível de reservas cambiais. Esse *deficit* mínimo por sua vez, deve ser buscado por uma política imaginativa que evite, o quanto possível, qualquer impacto negativo sobre o nosso ritmo de crescimento econômico

Com isso, o *deficit* em conta corrente (isto é, relativo a mercadorias e serviços) que em 1975 já será menor que o do ano passado, virá a decorrer quase exclusivamente da conta de serviços (fretes e juros, principalmente). Manter-se-á, em nível aceitável, o endividamento externo, preservando-se

o das reservas e colocando-se sob controle o balanço de pagamentos, num processo que, em 1977 deverá assegurar-nos área de manobra muito maior, graças aos resultados dos planos de substituição de importações que já estarão em produção (siderurgia e fertilizantes) e ao aumento esperado, aquele ano, na produção de petróleo.

Na perspectiva de médio prazo, o país está executando programas que lhe assegurarão o equilíbrio na balança de comércio, através de um razoável crescimento das exportações. Só os programas visando à auto-suficiência em Insumos Básicos — Siderurgia, Não-Ferrosos, Petroquímicos, Fertilizantes, Defensivos Agrícolas, Papel e Celulose — somarão investimentos de 165 bilhões de cruzeiros, devendo gerar uma economia bruta, em divisas, da ordem de 22 bilhões de dólares, até 1980.

Na área do Petróleo, as províncias de Campos e do Rio Grande do Norte estarão produzindo, embora não a pleno, em 1977.

O Governo decidiu, também, aprovar um Programa Nacional do Alcool, destinado a permitir o uso deste, progressivamente, como combustível, em proporção da ordem de 20%, assim como sob a forma de matéria-prima para a indústria química.

O conjunto de medidas a serem baixadas em breve, para tal fim, compreende a compra de álcool, pela PETROBRÁS, aos novos níveis de preço (paridade com o preço do açúcar cristal), os estímulos finan-

ceiros à produção de cana adicional e a montagem de destilarias anexas ou autônomas.

Haverá, também, programas especiais de apoio à produção de álcool de outras fontes, — mandioca e batata doce — notadamente em áreas novas.

Igualmente, o programa do Xisto já permitirá, em breve, decisões quanto à sua exploração em escala industrial, embora sua contribuição significativa à produção de óleo bruto leve ainda, certamente, alguns anos.

Por outro lado, parece ser chegado o momento de pensar em promover a auto-suficiência do Brasil na produção de trigo, considerando-se que os preços internacionais continuam em ascensão. No Centro-, Sul, afigura-se viável, apenas com a utilização de terras já usadas para soja, ampliar a área de produção de trigo em cerca de 2 milhões de hectares. Áreas novas, por exemplo em Mato Grosso e Goiás, são, igualmente aptas a expandir a produção do cereal. E as experiências no cerrado abrem-nos, ainda, possibilidades novas.

São, como se vê, bastante amplas essas possibilidades para o médio prazo. Impõe-se, em consequência, manter sob controle a situação em 1976, certos de que, a partir daí, novos fatores entrarão em cena, criando perspectiva de melhoria substancial e flexibilidade maior.

Para reduzir a um mínimo o *deficit* comercial em 76 procuraremos, em primeiro lugar, preservar o

atual impulso às exportações, quer na área dos produtos básicos, quer na dos manufaturados, pela adequada combinação de incentivos fiscais, creditícios e cambiais, estes últimos dentro da política de pequenas desvalorizações que vem sendo adotada desde 1968. No campo financeiro, os bancos oficiais deverão expandir as suas linhas de crédito aos exportadores, a juros favorecidos. No campo fiscal, determinei a elaboração urgente de estudos para que os exportadores que disponham de créditos acumulados de ICM junto aos respectivos Estados, possam ser efetivamente ressarcidos. E, por outro lado, serão renovados os incentivos fiscais que acabariam em 1975, como o da isenção do imposto de renda sobre os lucros auferidos na exportação.

Do lado das importações, várias medidas serão adotadas.

Primeiro, a aprovação de orçamento de importações para todos os Ministérios (inclusive as empresas governamentais), significando uma redução de 15% sobre o total de suas importações durante 1975, tanto em equipamentos e matérias-primas quanto em bens de consumo.

Isso permitirá flexibilidade acrescida no tocante às importações destinadas ao setor privado.

Segundo, estamos formalizando a orientação, firmada o ano passado, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico, de apoio decidido à produção interna de equipamentos. Decreto assinado

hoje define que os órgãos da administração direta e as entidades da administração indireta darão preferência, nos seus programas, aos bens de capital de produção nacional, desde que similares aos produzidos no exterior.

E, ao mesmo tempo, a fim de que a redução nos limites de importação não signifique diminuição dos programas prioritários das empresas governamentais, a Agência Especial de Financiamento — FINAME — será dotada de recursos adicionais, que poderão alcançar 10 bilhões de cruzeiros, em 1976, através de linhas de crédito especiais a empresa, destinadas ao financiamento, a longo prazo, da compra de equipamentos de produção nacional. As condições internas de financiamento serão, pelo menos, equivalentes às existentes no exterior.

Terceiro, também com o objetivo de conter as importações e de proteger a indústria nacional, assinei Decreto-lei que altera as alíquotas aduaneiras em duas faixas: em primeiro lugar, aumentam-se de 100 pontos percentuais as incidências sobre uma lista de bens supérfluos; em segundo lugar, acrescentam-se 30 pontos de percentagem às tarifas sobre uma série de produtos intermediários, também com produção interna e com pequena participação no custo dos produtos finais. Na mesma linha, determinei ao Conselho de Comércio Exterior a prorrogação da Resolução n° 98, que cuida da importação coordenada de produtos siderúrgicos.

Na área do petróleo, é fácil de estimar que o recente aumento do preço internacional iria repre-

sentar, se mantidos os níveis atuais de importação, um aumento de gastos, diretamente, de cerca de 300 milhões de dólares anuais, e, considerados os reflexos indiretos, de 400 milhões, aproximadamente.

Como é óbvio, tal elevação no dispêndio com o petróleo dificilmente se compatibilizaria com o objetivo enunciado para a balança comercial.

No propósito de, pelo menos, manter o valor das importações de petróleo, em 1976, ao nível de 75, o Governo está autorizando um aumento de 25% nos preços para a gasolina e de 10% para o óleo diesel e o óleo combustível (sem alteração no preço do gás liquefeito). Os recursos decorrentes desse aumento serão destinados a novos projetos na área de Energia e ao Programa Nacional de Transportes Coletivos.

A idéia é causar efeito mínimo sobre os derivados que interessam, de perto, às atividades produtivas, evitando-se subsídios, e colocar o ônus maior sobre o transporte individual.

Sem dúvida, mesmo esse aumento, não muito elevado, seria preferível evitá-lo. O caminho, após demorados estudos, foi escolhido de forma a não se recorrer ao racionamento, prática por demais molesta aos consumidores e de implantação sempre difícil e controle sabidamente ainda mais difícil em face das oportunidades de manobras ilícitas. Ademais, o Brasil passaria a ser o único país do mundo atual a valer-se de tal mecanismo de controle,

o que possivelmente contribuiria para deslustre de nossa imagem no exterior.

Na esfera governamental, instruções estão sendo baixadas, aperfeiçoando o esquema já em funcionamento, com tetos para o consumo de derivados de petróleo no próximo ano, de modo a obter sua redução.

Ao lado das soluções de curto prazo e da abertura de alternativas como as do álcool e do xisto, não quis o Governo deixar aspecto algum do problema do petróleo sem a devida consideração.

Deteve-se, por isso, sem emocionalismos e voltado apenas, com objetividade, para o interesse nacional, na análise das novas opções que à PETROBRÁS, detentora legal do monopólio estatal de prospecção, produção e refino, poderiam, em princípio, ser proporcionadas.

Não seria realista esperar dessas novas opções que permitem, de uma forma ou outra, o concurso de empresas estrangeiras, a solução para o nosso problema de petróleo, no curto prazo. Contribuição significativa, se houver êxito, talvez se possa esperar para o início da próxima década.

Sem embargo, tal consideração não seria, por si só, suficiente para fundamentar uma decisão.

A análise meticulosa a que procedemos, inclusive debatendo o assunto com a PETROBRÁS, no âmbito do CDE e, hoje, de todo o Ministério, e levando em conta minha experiência pessoal como Presiden-

te da empresa, levou-nos à convicção de que o Governo deve autorizar a PETROBRÁS, sem quebra do regime de monopólio, a realizar contratos de serviço, com cláusula de risco por conta da empresa executora, em áreas previamente selecionadas.

A medida será posta em prática com base na experiência dos contratos já celebrados pela PETROBRÁS no Exterior, garantindo-se o princípio essencial do monopólio e definindo-se condições, níveis e prazos rigorosos para os investimentos a serem realizados, sempre sob controle da PETROBRÁS.

Poder-se-ia indagar se, de um lado, ao proporcionar à PETROBRÁS esse novo instrumento, não se está pondo em dúvida, de certo modo, a sua capacidade executiva, e, de outro lado, se não seria melhor descartar a idéia, já que não constitui garantia de solução a curto prazo.

Meu Governo deu e continuará a dar integral apoio à PETROBRÁS, que ainda hoje considero minha casa.

Mas num país da dimensão do Brasil e que precisa não perder tempo, antes apressar-se, no setor do Petróleo, não seria justificável deixar de proporcionar à empresa e à Nação, de plano, essa opção nova. Ainda que os resultados demorem ou sejam pouco satisfatórios, o Governo demonstra que não exclui, por simples impulsos emocionais ou receios pouco justificáveis, qualquer alternativa válida que, sendo, como é, compatível com o monopólio, represente mais um caminho a ser tentado.

Julgo conveniente estender-me um pouco mais, incorrendo embora em repetições e redundâncias, no esclarecimento da questão relativa ao suprimento do petróleo.

Ela constitui atualmente — e este é o consenso geral — uma de nossas maiores vulnerabilidades. Por isso, todos os meios possíveis deverão ser acionados para que possamos vir a dispor de solução que nos satisfaça.

A geração de energia elétrica, felizmente, está apoiada, essencialmente, em nosso potencial hidráulico e, para o seu futuro desenvolvimento, já encaminhamos procedimentos que utilizarão, na escala necessária, o potencial nuclear.

Subsiste, entretanto, o problema do setor vital dos transportes — todo ele movimentado com derivados do petróleo que, além disso, são largamente empregados na indústria e na vida doméstica — para os quais, a curto e mesmo médio prazos, não temos sucedâneos.

Enquanto os preços do petróleo bruto eram moderados e relativamente baixos, a ponto de sua influência no balanço de pagamentos ser suportável, não tínhamos excepcional interesse imediato em descobrir todos os nossos recursos em petróleo, nem muito menos, em ativar em maior escala sua produção, mediante o emprego de meios financeiros superiores aos de nossas disponibilidades normais. Achávamos que, em muitos casos, era preferível

sermos comedidos na produção de nossos campos de petróleo, a fim de lhes prolongarmos a vida útil. Como o presente de então não era crítico, preferíamos agir de maneira a não sacrificar o futuro.

Vários fatos marcantes ocorreram, entretanto, modificando, inteiramente, esse quadro:

— O antigo sistema de concessões evoluiu até a sua extinção quase generalizada.

— Veio a ser substituído, ele, em muitos países produtores, por contratos de serviço, denominados de risco, e que não se apresentam com o caráter espoliativo e opressivo atribuído àquele sistema.

Nesses contratos, a exploração ou pesquisa — que constitui a fase aleatória do processo, ainda com fortes nuances de aventura geológica — é custeada pela empresa contratante, a qual se propõe a executá-la em área limitada e em condições preestabelecidas, entre estas, basicamente, a de que o dispêndio correspondente à exploração não será ressarcido se o resultado for negativo (e daí a qualificação *de risco*) e, ao contrário, se positivo, será compensado com algumas vantagens.

O Governo, quando autorizou, em 1971, a constituição de subsidiária da PETROBRÁS, para exercer atividades no exterior, teve em vista, entre outros importantes objetivos, obter experiência sobre a natureza e execução de contratos desse tipo, inclusive quanto aos aspectos jurídicos, o que efetivamente se conseguiu, através dos que a BRASPETRO firmou em diversos países, a começar pelo Iraque. As

grandes companhias petrolíferas, que eram temidas pela sua atuação internacional e acusadas de opressão, de domínio e de conluio entre si, foram progressivamente alijadas das áreas de produção onde tinham concessões, e substituídas por empresas nacionais. Os principais países produtores que são exportadores de óleo, formaram a Organização dos Países Exportadores de Petróleo — OPEP — entidade internacional que passou a dominar o mercado e, em defesa dos seus exclusivos interesses, promoveram a elevação dos preços do óleo cru a níveis que, praticamente, se estão tornando inacessíveis à maioria dos demais países, principalmente dos não desenvolvidos.

Entre nós, após insucessos na exploração de bacias sedimentares terrestres (Amazonas e Parará), de ponderável êxito na Bahia e Sergipe e medíocre em Alagoas e Espírito Santo, passou-se a dar ênfase à exploração da plataforma submarina. Nesta, após delonga inevitável para a execução de levantamentos sísmicos preliminares em toda a costa e à mobilização do avultado e dispendioso equipamento especializado indispensável aos trabalhos de exploração no mar, a PETROBRÁS trabalha com intensidade crescente. Aí foram descobertos campos que já estão em produção, como os de Guaricema e Caioba, na costa de Sergipe, outros em vias de delimitação e próximo desenvolvimento, como o de Ubarana, no Rio Grande do Norte, e o de Garoupa, no Rio de Janeiro. Os resultados esperados exigem, entretanto, muito tempo para se concretizar e avultados

recursos financeiros. E, além disso, há outras áreas em que ainda não nos engajamos, principalmente em virtude da desproporção entre as nossas possibilidades atuais e a imensidão da superfície a pesquisar — e, agora, com muito mais urgência que antes.

Merece ser destacado que a PETROBRÁS, presentemente, é uma empresa exemplar, com ótimo renome internacional, inteiramente consolidada e com excelente corpo técnico e administrativo, nas suas diversas áreas de atuação. O monopólio que a lei lhe confere é exercido na sua plenitude e sem contestação e entendido não como um fim, mas apenas como um meio para que se possa cumprir a finalidade da Empresa, qual a de assegurar, nas melhores condições possíveis, o abastecimento nacional de petróleo.

O natural desejo da PETROBRÁS, de tomar a si diretamente todo o problema, como a lei lhe faculta, defronta-se agora com a exigência de ações urgentes, tanto para hoje como para o amanhã, de vez que não há perspectivas alentadoras quanto à redução, nem à estabilização, dos preços do petróleo.

Como já disse, a curto prazo, usaremos o recurso de limitar o consumo pela elevação dos preços, principalmente da gasolina, evitando o mal maior que seria o racionamento direto. A médio prazo, contamos com o aumento de produção de petróleo, proporcionado pelos novos campos já descobertos na plataforma e pela ponderável contribuição que será obtida com a produção de álcool. Em prazo maior, depositamos nossa confiança não somente

nos novos êxitos que a PETROBRÁS conseguirá, mas também na exploração industrial do Xisto e, ainda, nos resultados positivos que poderão advir da nova modalidade operacional que o Governo vem de autorizar — os contratos de serviço, de risco.

Por fim, cabe frisar que esses contratos não implicarão em reduzir ou violar o monopólio atribuído à PETROBRÁS, pois constituirão, de fato, uma modalidade de execução indireta, realizada no âmbito da Empresa, sob a sua jurisdição e pleno controle.

Devo, ainda, dirigir-me a todos os que, com boa fé e convicção, inclusive em nome do Governo — de dentro e de fora da Empresa, na Imprensa, no Legislativo — se têm pronunciado contra a realização dos contratos de serviço. Presto-lhes aqui minhas sinceras homenagens, pela continuada defesa de uma posição que também foi a minha. Essa vinha sendo, realmente, há longo tempo, a orientação dos governos que se sucederam desde 1954, inclusive do atual. Não obstante, estou convicto agora, tendo em vista tudo o que venho de recapitular, de que é chegada a oportunidade da decisão que o meu Governo, a respeito, adotou, na certeza de que ela, nas circunstâncias atuais, é a que melhor corresponde aos interesses maiores do Brasil.

Meus concidadãos,

Se me fosse indagado em que estado de espírito me dirijo, hoje, aos diferentes quadrantes do país, eu responderia simplesmente: com *responsável senso de equilíbrio*.

Equilíbrio entre a consciência de que existem coisas a fazer e dificuldades a vencer, sobretudo em 1976, e a convicção de que tais dificuldades serão temporárias. Se fizermos o que deve ser feito, sem traumatismos ao sistema econômico nem sacrifícios maiores para qualquer classe, o ano seguinte — 1977 — e os demais deste Governo, poderão ser vividos em clima de desafoço maior e de maior progresso.

O programa que se espera realizar em 76, mesmo com as restrições apontadas, ainda deverá permitir ao Brasil uma razoável taxa de crescimento. É intenção, pois, do Governo evitar, com todo o esforço necessário, que a estagnação em certas regiões do mundo se propague ao Brasil. Para tanto, prosseguiremos numa política anti-recessiva que se preocupa, em especial, com os setores críticos já assinalados e com as áreas de bens de consumo que apresentam hoje menor dinamismo.

Importante é manter-se a execução dos programas de investimentos do II PND, que levam à solução do problema do balanço de pagamentos, pela substituição intensiva de importações, e à manutenção do nível das atividades econômicas. E que, por isso, interessam fundamentalmente ao setor privado, ao qual cabe executar aqueles programas ou fornecer-lhes equipamentos, matérias-primas e serviços.

Desejo concluir este meu pronunciamento com uma nota positiva bem nítida, para o que me basta, em verdade, recapitular os recursos adicionais atribuídos ao Programa de Transportes Urbanos; o

impulso acrescido à Indústria Nacional de Bens de Capital, com a destinação de maiores recursos ao FINAME; a execução do Programa do Alcool; a nova opção aberta ao problema do Petróleo, sem contar a perspectiva, já existente, de aumento da produção, a partir de 77, só nas províncias já descobertas.

Espero que, no quadro desta programação que ora anuncio, se crie e propague e generalize, por este Brasil afora, um estado de espírito de compreensão e de natural preferência, dentro do Governo, nas empresas e em cada lar, por aquilo que o país pode produzir, poupando-se, com determinação e persistência, tudo o que — tal o caso do petróleo — devemos continuar importando, com sacrifícios agora redobrados, que a todos atinge e ao próprio destino da Nação.

Boa noite.